

Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões*

Marilene Dias Bandeira**

Pedro Tonon Zuanazzi***

Marilyn Agranonik****

Vinicius Rauber e Souza*****

Mestre em Demografia (Universidade de Londres), Técnica da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Professora do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Administração (UFRGS), Estatístico, Pesquisador da FEE
Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente e Mestre em Epidemiologia (UFRGS), Bolsista-Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Mestre em Ciências Sociais (PUCRS), Bolsista-Pesquisador do IPEA

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a evolução do fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões, através dos censos brasileiros de 1991, 2000 e 2010. Para isso, são estudados os movimentos migratórios internos e externos do Estado, e é realizada uma revisão bibliográfica sobre as migrações no Brasil e no RS. O último censo aponta um aumento da perda populacional no Estado, por migração, no período 2005-10 em relação a 1995-2000, tendência já observada desde o período 1986-91. Em 2005-10, apenas duas das sete mesorregiões do RS tiveram saldo migratório positivo em suas trocas migratórias. Além disso, os resultados mostram que o fluxo entre as mesorregiões gaúchas se reduziu, permanecendo a tendência de migração das mesorregiões mais agrícolas para as mais industrializadas.

Palavras-chave: migração; mesorregiões; censos demográficos.

Abstract

This paper aims to analyze the evolution of migration flows in the state of Rio Grande do Sul and its mesoregions employing Brazilian census data of 1991, 2000 and 2010. We analyze state internal and external migration movements. Comparative results between the periods 1995-2000 and 2005-2010 show an increase in population loss related to migration, tendency already observed since the period 1986-1991. Only two out of

* Artigo recebido em 13 jan. 2014.
O presente trabalho foi realizado com o apoio do IPEA, entidade do Governo brasileiro voltada para a pesquisa e desenvolvimento.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: mariband@fee.tche.br

*** E-mail: pedro@fee.tche.br

**** E-mail: marilyn.agranonik@gmail.com

***** E-mail: vinirauber@hotmail.com

seven mesoregions presented positive net migration results in 2005-2010. Migration flows between mesoregions decreased, while the tendency of migration flows from less industrialized mesoregions to more industrialized ones has remained.

Key words: *migration; mesoregions; censuses.*

1 Introdução

Trocas migratórias entre regiões fazem parte da história do homem. Conforme Hagen-Zanker (2008), a migração é tão antiga quanto a própria humanidade. Apesar disso, os estudos sobre migrações são relativamente recentes. Os primeiros modelos de análise surgiram apenas ao final do século XIX. Eles eram bastante primitivos e utilizavam conceitos da física, como a gravidade, para explicar os movimentos populacionais.

Modelos mais complexos passaram a ser formulados somente a partir da década de 50 do século passado, explicando, principalmente, as migrações campo-cidade. Só recentemente as teorias sobre migrações se tornaram mais elaboradas, envolvendo fatores macro e microeconômicos, além de motivações individuais e de grupo, que fazem com que diferentes tipos de pessoas migrem (Hagen-Zanker, 2008).

Atualmente, sabe-se que, dentre as razões dos movimentos populacionais, se sobressaem questões econômicas, políticas, sociais e climáticas. Na história contemporânea, destaca-se como objetivo a procura por lugares com maior qualidade de vida e melhores condições de trabalho (Queiroz; Santos, 2009).

Este estudo tem como objetivo analisar os movimentos migratórios do Estado do Rio Grande do Sul e suas mesorregiões, relacionando as características socioeconômicas e as tendências históricas com os fluxos identificados nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Dentro dessa perspectiva, primeiramente é realizada uma revisão bibliográfica sobre o histórico das migrações no Brasil e no Rio Grande do Sul, desde meados do século XX, e uma caracterização do perfil das mesorregiões no RS. Destaca-se o fato de que, enquanto o crescimento populacional do Estado é menor do que o do Brasil desde a década de 50, seu saldo migratório passou a ser negativo somente em 1970, permanecendo até o presente.

Posteriormente, são analisados os fluxos e saldos migratórios do Estado e de suas mesorregiões através da análise da variável de migração data fixa (em qual

mesorregião o respondente residia cinco anos antes da pesquisa) para os períodos 1986-91, 1995-2000 e 2005-10. Cabe salientar que, no último censo, apenas duas das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul tiveram saldo migratório positivo.

Na sequência, em duas seções separadas, são analisadas as migrações intraestaduais e as migrações interestaduais das mesorregiões do RS para os mesmos três períodos. Nas trocas interestaduais, permaneceu a tendência de perda populacional, principalmente, para Santa Catarina. Nas trocas internas, manteve-se a tendência de deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) — Sudoeste e Noroeste — para as com maior PIB *per capita* e industrializadas — Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre.

De forma geral, o presente estudo mostra que, enquanto alguns padrões migratórios se mantiveram, como o ganho por migração da mesorregião Nordeste do RS, outros tiveram mudança comportamental, como o fato de a mesorregião Noroeste não ser mais a de maior perda populacional por migração no Estado, sendo substituída pela mesorregião Sudoeste.

2 Antecedentes históricos da migração no Brasil e no RS e características atuais das mesorregiões do Estado

2.1 As migrações internas no Brasil

Desde meados do século XX, a questão das migrações internas tem chamado particularmente atenção no Brasil, devido ao maior fluxo de pessoas oriundo da intensa industrialização, da expansão das fron-

teiras agrícolas, do aumento dos desequilíbrios econômicos regionais (motivação para a migração) e das melhorias no sistema de transporte do País (possibilidade efetiva de deslocamentos com maior facilidade). Considerando apenas o êxodo rural ocorrido entre 1960 e 1990, estima-se em 42,6 milhões o número de pessoas que se deslocaram do campo para as cidades, caracterizando áreas de expulsão ou emigração (Brito; Carvalho, 2006).

A partir da década de 70 do século passado, ganharam destaque as mudanças ocorridas na distribuição territorial do País, com os processos de urbanização e metropolização brasileira implicando uma nova configuração socioeconômica e territorial, com a consolidação da economia industrial (Koucher, 2006). A concentração da economia nos grandes centros urbanos aprofundou as diferenças de oportunidade entre o campo e a cidade, fazendo com que grande parte da população abandonasse o interior do País em direção aos grandes centros metropolitanos, para trabalhar ou estudar (Jardim, 2011). Esses deslocamentos eram típicos da primeira fase da transição demográfica brasileira, quando havia altas taxas de fecundidade, e as taxas de mortalidade estavam em declínio, o que gerava um excedente populacional, favorecendo a migração do campo para a cidade (Oliveira; Ervatti; O'Neill, 2011).

Esse padrão migratório predominou até meados dos anos 80. A partir de então, o modelo econômico e social brasileiro passou a enfrentar sucessivas crises. A estrutura da economia do Brasil modificou-se, o que provocou mudanças nos modos de deslocamento populacional dentro do País. Isso foi, em grande parte, fruto do esgotamento das fronteiras agrícolas nacionais e pelas características do mercado de trabalho e do setor produtivo brasileiro, cada vez mais desconcentrado e com menor capacidade e/ou necessidade de absorver, nos maiores polos, um grande fluxo populacional (Brito; Carvalho, 2006).

O Censo Demográfico de 1991 apontou transformações nos fluxos migratórios que antes predominavam, com a diminuição das migrações do Nordeste para o Sudeste e reversões nos saldos migratórios de alguns estados (Oliveira; Ervatti; O'Neill, 2011). Houve uma redução no volume das migrações para os grandes centros urbanos, no êxodo rural, e ocorreu a formação de novos fluxos migratórios, tais como as migrações à curta distância, do tipo urbano-urbano e as direcionadas às cidades médias, num processo de desconcentração populacional (Cunha; Baeninger, 2005; Oliveira; Ervatti; O'Neill, 2011).

Entre 1991 e 2000, o processo de desconcentração populacional das regiões metropolitanas brasileiras se intensifica. Ainda que algumas regiões metropolitanas tenham um aumento populacional acima da média (Belém, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba), ele ainda é decrescente em relação aos períodos anteriores. Já regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre vivem um processo mais intenso de desconcentração populacional (Koucher, 2006).

Nesse processo, surgem também novas regiões metropolitanas, passando de nove, em 1980, formadas por 117 municípios, para 25, em 2002, com 413 municípios. Surgem também diversas aglomerações urbanas — conceito que pode variar, dependendo da legislação de cada estado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, são consideradas aglomerações urbanas regiões com mais de 300 mil habitantes em que os municípios apresentam características de complementaridade urbana (Koucher, 2006).

No começo dos anos 2000, destacaram-se as migrações de retorno, aquelas realizadas por indivíduos já migrantes, que retornam ao seu local de origem. Isso ocorreu principalmente em função das mudanças socioeconômicas, incluindo a descentralização dos polos econômicos e os programas sociais de distribuição de renda nos polos menos atrativos historicamente (Cunha; Baeninger, 2005; Lima *et al.*, 2012).

Cabe ressaltar, conforme mostram os estudos de Baeninger (2012) e Cunha e Baeninger (2005), que ocorreram grandes oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste, nas últimas décadas, caracterizando-se por regiões de “idas-e-vindas”. Conforme os autores, essa rotatividade migratória é apontada como a grande tendência migratória brasileira atualmente.

2.2 Um histórico das migrações no Rio Grande do Sul

Até a década de 40 do século passado, a taxa de crescimento do Rio Grande do Sul era superior à média do País. A partir dos anos 50, o crescimento populacional do Brasil tem sido maior do que o do Estado. Isso ocorreu, em grande parte, devido à queda na fecundidade. A taxa de crescimento populacional no RS era de 3,26% no início do século XX, caindo para apenas 0,49% em 2010 (Jardim; Barcellos, 2011).

A partir de 1970, as estatísticas apontam que o Rio Grande do Sul passou a acumular saldos migratórios negativos. Apesar disso, as análises anteriores

ao Censo de 2010, em relação às trocas migratórias interestaduais, apontam que o Rio Grande do Sul deixou de ser classificado, nos últimos anos da década de 90, como uma área de baixa evasão populacional (que perdia população devido às trocas migratórias) para ser classificado como uma região de rotatividade migratória, em que continuam saindo, mas também entrando migrantes (Jardim; Barcellos, 2011).

Até o início da década de 70, o Rio Grande do Sul manteve a tendência nacional de concentração espacial das atividades econômicas na região de Porto Alegre, com a respectiva concentração populacional e êxodo rural, em especial através de migrações intraestaduais (Koucher, 2006).

A partir da década de 70, os municípios do entorno de Porto Alegre passaram também a crescer significativamente, e, entre os anos de 1980 e 1990, a Região Metropolitana de Porto Alegre também vai enfrentar uma pequena redução na taxa de crescimento, apresentando uma queda mais acentuada entre 1990 e 2000 (Etcheverry, 2007).

Na esteira desse fenômeno, especialmente a partir do início da década de 90, houve uma relativa dispersão, com a descentralização do espaço urbano metropolitano da região — destarte a manutenção da sua primazia —, permitindo o crescimento de outros centros urbanos no interior do Estado, como os aglomerados urbanos em torno de Pelotas e Caxias do Sul (Koucher, 2006). Além disso, a partir dos anos 90, a parcela próxima à Aglomeração Urbana do Litoral Norte (de Osório) também apresentou crescimento significativo (Mammarella *et al.*, 2013).

Desde a década de 40, o crescimento nas regiões urbanas do Rio Grande do Sul já era maior do que nas áreas rurais. Em 2010, a população urbana no RS representava mais de 85% (Jardim; Barcellos, 2011), frente a um pouco mais de 40% na década de 60. Essa proporção quase que dobrou até 2010, com a grande maioria dos habitantes do Estado habitando territórios urbanos. Esse dado fornece uma breve noção do que foi o processo migratório em direção aos centros urbanos, nos últimos 50 anos (Koucher, 2006).

Além disso, enquanto o RS crescia em termos populacionais a um ritmo pouco maior do que 1%, a taxa média anual de crescimento das cidades foi de cerca de 3% na década de 70, recuando para cerca de 2% na década de 90. Ao mesmo tempo em que a população residente nos centros urbanos aumentava, esse crescimento diminuía gradualmente a cada período. A grande explosão demográfica de cidades como Porto Alegre, Canoas e Viamão ocorreu até a década de 50, sendo que, nas décadas seguintes, esse crescimento

diminuiu de magnitude, seguindo o padrão de desenvolvimento nacional (Koucher, 2006). Entre 2000 e 2010, 52% dos municípios tiveram taxas de crescimento total negativos, enquanto outros 18% cresceram a taxas abaixo da média estadual.

2.3 Características socioeconômicas das mesorregiões do Rio Grande do Sul

Conforme Hagen-Zanker (2008), a literatura identifica três níveis de fatores que implicam a decisão das pessoas por migrar: o micro, o meso e o macro. No nível micro, estariam os seus valores individuais e suas preferências pelo ambiente; no meso, sua rede de contatos, suas amizades e suas relações de parentesco; no nível macro, estaria a demanda por trabalho, as leis de migração e o desenvolvimento econômico.

A fim de possibilitar o entendimento das migrações no RS, em um âmbito macro, esta seção faz uma revisão das características socioeconômicas do Estado e de suas mesorregiões, cuja divisão geográfica está representada no Mapa 1.

O RS atingiu, no **Censo Demográfico 2010**, uma população de 10,69 milhões de habitantes, sendo 85,10% urbana. Com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 23,60 mil em 2010, é o quinto maior dentre os estados brasileiros, atrás de Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O setor serviços representava 62,10% da produção total, enquanto a indústria e a agropecuária representavam 29,21% e 8,69% respectivamente.

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre possui a maior população, com 4,74 milhões de habitantes (44,35% do total do Estado), sendo a mais urbanizada, com 93,92% de sua população residente em área urbana, além de possuir a maior densidade demográfica: 159,49 habitantes por km² (frente um índice de 39,77 no RS). É formada por Capital, seu entorno e o litoral norte, e representa quase metade do PIB do Estado (48,77%), sendo os setores serviços e indústria os mais relevantes, respectivamente. Na indústria, cabe destaque para o refino de petróleo e a indústria de transformação.

Abrangendo a serra gaúcha e os Altos de Cima da Serra, a mesorregião Nordeste Rio-grandense responde por 12,5% do PIB do Estado, enquanto sua população representa apenas 9,86%. É a mesorregião com maior renda *per capita*, equivalente a R\$ 29,96 mil

(frente aos R\$ 23,60 mil do RS). A indústria corresponde a 40,06% do seu PIB, maior percentual dentre todas as mesorregiões, tendo a fabricação de caminhões e ônibus e a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores uma forte participação. Seu principal município é Caxias do Sul.

A mesorregião Noroeste Rio-grandense possui a segunda maior população do Estado, representando 18,2% do total. Enquanto os municípios do extremo norte (junto ao rio Uruguai) são formados principalmente por pequenas propriedades familiares, o sul dessa região caracteriza-se pela produção em escala de soja e milho. A participação da agropecuária no PIB (19,06%) é duas vezes maior do que a participação desse setor no PIB do RS. Passo Fundo é seu principal município.

A Centro Oriental possui a segunda maior densidade demográfica entre as mesorregiões do Estado, com 45,30 habitantes por km². É a mesorregião com menor área (17,2 mil km²) e a de menor urbanização (69,81%). Seus percentuais de participação da indústria e agropecuária no PIB (35,5% e 12,6%) são maiores do que as participações desses setores no Estado. Fumo e fabricação de cigarro possuem importância na região. Seu principal município é Santa Cruz do Sul.

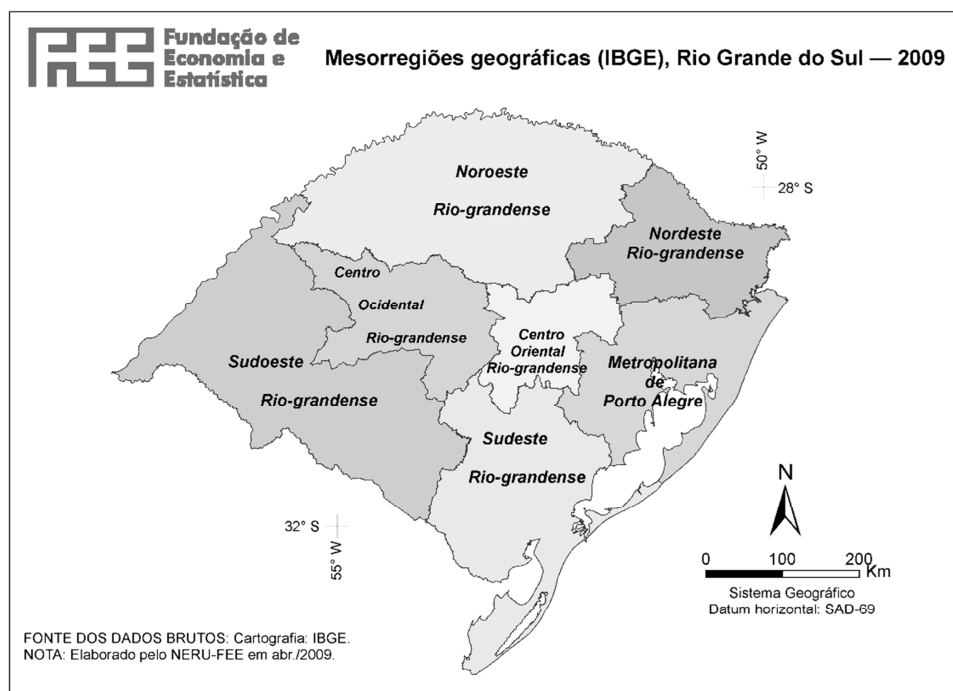
A Centro Ocidental é a mesorregião com menor número de habitantes: aproximadamente 537 mil, equivalentes a 5% do Estado em 2010, enquanto sua parti-

cipação no total do PIB é de 3,41%. Isso resulta no menor PIB *per capita* dentre todas as mesorregiões, de R\$ 16,02 mil ao ano, perante R\$ 23,61 mil do RS. Tendo a agropecuária um peso importante no seu PIB (16,96%) — aproximadamente duas vezes maior do que a participação desse setor no PIB do Estado —, destacam-se o cultivo de cereais para grãos e a criação de bovinos como setores importantes em sua renda. Seu principal município é Santa Maria.

Fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai, a mesorregião Sudoeste Rio-grandense possui a menor densidade demográfica do RS: apenas 11,53 habitantes por km², frente os 39,77 do Estado, além de possuir o segundo menor PIB *per capita*, de apenas R\$ 17,56 mil por ano. É a mesorregião com maior participação da agropecuária no PIB (23,79%), tendo a produção de arroz e o rebanho de bovinos importantes participações. É a segunda maior mesorregião em área, representando 23,31% do total do RS. Uruguaiana e Bagé são seus principais municípios.

A mesorregião Sudeste representa 8,53% da população do RS e 7,01% do PIB. Atualmente destacam-se, na sua indústria, a fabricação de óleos vegetais e o beneficiamento de arroz, mas principalmente o polo naval de Rio Grande, com um grande potencial de desenvolvimento para a região na década de 10 deste novo século. Seu principal município é Pelotas.

Mapa 1



3 As migrações totais no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões através dos censos de 1991, 2000 e 2010

Conforme apresentado na subseção 2.2, o Rio Grande do Sul possui, desde a década de 70, um saldo migratório negativo, ou seja, o Estado possui um contingente maior de emigrantes do que de imigrantes. Esse saldo migratório negativo foi de 24,6 mil pessoas no período 1986-91, passando para 39,5 mil entre 1995 e 2000 e atingindo o patamar de 74,7 mil entre 2005 e 2010. Esse aumento da perda por migração apresentado nos três últimos censos reflete-se na taxa líquida migratória (saldo migratório no período sobre a população total com cinco anos ou mais de idade), que passou de -0,30% no período 1986-91 para -0,74% entre 2005 e 2010.

Ao passo que o número de imigrantes diminuiu entre os períodos, passando de 114,3 mil em 1986-91 para 102,6 mil em 2005-10, a parcela de emigrantes cresceu, passando de 138,9 mil para 177,3 mil. De maneira geral, aumentou o fluxo migratório no RS (imigrantes mais emigrantes), de 253,2 mil para 279,9 mil do primeiro ao último censo analisados.

O índice de eficácia migratória é a divisão entre o saldo migratório e o fluxo migratório total. Quando seu valor é negativo, houve mais emigrantes que imigrantes. Quando seu valor é zero, os contingentes foram iguais. Quando seu valor é positivo, o número de imigrantes foi maior. Nos casos extremos de haver somente emigrantes ou somente imigrantes, os valores seriam -1 e 1, respectivamente. No caso do RS, o índice de eficácia tornou-se mais negativo ao longo dos três períodos, indicando o aumento da proporção de emigrantes no total de migrantes.

Na Tabela 2, pode-se visualizar que, no período 2005-10, cinco mesorregiões do Estado tiveram saldo migratório negativo, enquanto apenas duas obtiveram ganho populacional por migração. São elas, em ordem de perda absoluta da população, as mesorregiões Noroeste Rio-grandense (-50,7 mil), Sudoeste Rio-grandense (-27,6 mil), Centro Ocidental Rio-grandense (-9,2 mil), Sudeste Rio-grandense (-7,6 mil) e Metropolitana de Porto Alegre (-2,6 mil). As mesorregiões que obtiveram saldo migratório positivo foram a Nordeste Rio-grandense (21,2 mil) e a Centro Oriental

Rio-grandense (2,2 mil) — as duas mesorregiões com maior participação da indústria no PIB.

Cabe destaque à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, de maior população no Estado, que, historicamente, possui uma tendência de concentração populacional e que, no entanto, vem passando por um processo de desconcentração nas últimas décadas. Apesar de possuir características de uma região de atração populacional, sendo urbana e industrializada, concentrando quase metade do PIB do RS, seu saldo migratório vem declinando, significativamente, nos últimos três censos, tendo atingido um número negativo (-2,6 mil) no período 2005-10, após resultados positivos de 103,9 mil no período 1986-91 e de 65,7 mil no período 1995-2000. Essa perda resultou na queda da sua taxa líquida migratória, que foi de 3,07% em 1986-91 para -0,06% em 2005-10. Além disso, houve diminuição do fluxo migratório total, que ainda continua sendo o mais elevado dentre as mesorregiões.

A mesorregião Noroeste Rio-grandense (a de maior perda populacional por migração e com a segunda taxa líquida migratória mais negativa no último período) reduziu mais da metade do seu saldo migratório negativo, de -114,6 mil no período 1986-91, para -99,3 mil em 1995-2000 e para -50,7 mil entre 2005 e 2010. Possui elevada participação da agropecuária no PIB (em comparação com o RS), o que é associado à tendência de perda populacional por migração. Destarte seu saldo migratório negativo, a mesorregião é a segunda com maior população no Estado e a segunda com maior fluxo de pessoas (imigrantes mais emigrantes) no Rio Grande do Sul, no período 2005-10.

Em tendência oposta à da mesorregião Noroeste, o saldo migratório negativo na mesorregião Sudoeste Rio-grandense vem progressivamente aumentando, indo de -12,0 mil entre 1986 e 1991, para -19,9 mil em 1995-2000 e atingindo -27,6 mil em 2005-10. Ou seja, esse valor mais do que dobrou do período de 1986-91 para o período 2005-10, o que fez dela a de taxa migratória líquida mais negativa no último período analisado, com o valor de -4,09% (ultrapassando a mesorregião Noroeste). Seu saldo migratório negativo está ligado às características socioeconômicas da região, baseada na agropecuária de grandes extensões de terras, possuindo o segundo menor PIB *per capita* e a menor densidade demográfica do Estado.

A mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense é a terceira com maior saldo migratório negativo no Estado (-9,2 mil) e também a terceira com taxa líquida migratória mais negativa (-1,81%). Apesar de ser a mesorregião com menor PIB *per capita* do RS, é também a com menor população. Historicamente apresenta

períodos de alternância em seu saldo migratório. Entre 1986 e 1991, a mesorregião já havia tido uma perda elevada (-4,2 mil), ao contrário do período entre 1995 e 2000, em que teve apenas um pequeno saldo migratório negativo (-1,4 mil).

A mesorregião Sudeste Rio-grandense, a despeito de possuir o polo naval de Rio Grande, apresentou, nos três últimos censos, um saldo migratório negativo relativamente pequeno em termos absolutos. Esse saldo oscilou de -5,3 mil em 1986-91, para -9,4 mil em 1995-2000 e -7,6 mil em 2005-10. Suas taxas líquidas migratórias também foram próximas a zero, em torno de -1% para todos os períodos quinquenais.

Na porção Centro Oriental Rio-grandense, há um pequeno saldo migratório positivo de 2,2 mil habitantes, de acordo com o **Censo Demográfico 2010**. Apesar de ser a região com menor taxa de urbanização, isso se explica devido ao fato de ser muito industrializada, em função da indústria fumageira. O saldo

oscilou nos períodos analisados: era negativo entre 1986 e 1991 (-2,4 mil), passou a positivo no período posterior (5,9 mil), permanecendo positivo no período 2005-10, mas com menor volume. Trata-se de uma área de rotatividade migratória, com taxa líquida migratória entre -1% e 1%, em todos os períodos.

Finalmente, a Nordeste Rio-grandense é a mesorregião com maior ganho populacional nas trocas líquidas do Estado no período 2005-10, com um saldo positivo de 21,2 mil. Esse valor é quase o dobro do período 1986-91 (11,6 mil), ainda que esse patamar tenha sido atingido entre 1995 e 2000 (saldo positivo de 19,4 mil), com apenas um pequeno aumento no resultado do último censo. De fato, sua taxa líquida migratória teve uma pequena redução nos dois últimos períodos, passando de 2,28% para 2,14%. Sua atração populacional ocorre em função de ser uma área industrializada em torno da indústria automotiva e com a maior renda *per capita* do RS.

Tabela 1

Número de imigrantes, emigrantes, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia no RS — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS	IMIGRANTES (1)	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA MIGRATÓRIA LÍQUIDA (%)	FLUXO MIGRATÓRIO	ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA
2005-10	102.613	177.263	-74.650	-0,74	279.876	-0,2667
1995-2000	113.395	152.890	-39.495	-0,42	266.284	-0,1483
1986-91	114.295	138.854	-24.559	-0,30	253.150	-0,0970

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

(1) Não foram contabilizados os imigrantes com unidade federativa de origem não especificada e os estrangeiros.

Tabela 2

Número de imigrantes, emigrantes, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia das mesorregiões do RS — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E MESORREGIÕES	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA MIGRATÓRIA LÍQUIDA (%)	FLUXO MIGRATÓRIO	ÍNDICE DE EFICÁCIA (1)
2005-10						
Noroeste Rio-grandense	57.882	108.629	-50.748	-2,76	166.511	-30,48
Nordeste Rio-grandense	64.702	43.472	21.230	2,14	108.174	19,63
Centro Ocidental Rio-grandense	24.979	34.149	-9.170	-1,81	59.128	-15,51
Centro Oriental Rio-grandense	31.285	29.112	2.173	0,30	60.397	3,60
Metropolitana de Porto Alegre	134.455	137.027	-2.572	-0,06	271.482	-0,95
Sudoeste Rio-grandense	23.463	51.086	-27.623	-4,09	74.549	-37,05
Sudeste Rio-grandense	26.252	33.875	-7.623	-0,89	60.127	-12,68
1995-2000						
Noroeste Rio-grandense	52.547	151.813	-99.266	-5,51	204.360	-48,57
Nordeste Rio-grandense	55.690	36.276	19.414	2,28	91.966	21,11
Centro Ocidental Rio-grandense	27.662	29.017	-1.355	-0,28	56.679	-2,39
Centro Oriental Rio-grandense	34.893	28.967	5.926	0,88	63.860	9,28
Metropolitana de Porto Alegre	182.923	117.177	65.746	1,64	300.100	21,91
Sudoeste Rio-grandense	25.808	45.694	-19.886	-2,93	71.502	-27,81
Sudeste Rio-grandense	24.877	34.281	-9.404	-1,15	59.158	-15,90
1986-91						
Noroeste Rio-grandense	52.779	167.374	-114.597	-6,56	220.153	-52,05
Nordeste Rio-grandense	47.165	35.579	11.586	1,63	82.744	14,00
Centro Ocidental Rio-grandense	26.831	31.000	-4.169	-0,96	57.831	-7,21
Centro Oriental Rio-grandense	31.867	34.279	-2.412	-0,40	66.146	-3,65
Metropolitana de Porto Alegre	205.236	101.312	103.924	3,07	306.548	33,90
Sudoeste Rio-grandense	28.467	40.450	-11.983	-1,92	68.917	-17,39
Sudeste Rio-grandense	22.059	27.402	-5.343	-0,72	49.461	-10,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

NOTA: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

(1) Inclui outras mesorregiões do RS e resto do Brasil.

4 Migrações intraestaduais entre as mesorregiões no Rio Grande do Sul

A análise das migrações entre as mesorregiões no Estado representa uma tentativa de compreender os fenômenos econômicos e sociais que influenciam os movimentos populacionais. No anexo deste trabalho, constam as matrizes de migrações entre as mesorregiões do RS para os períodos 1986-91, 1995-2000 e 2005-10. Especificamente para o período 2005-10, o Mapa 2 apresenta os fluxos migratórios ocorridos entre as mesorregiões.

O número de pessoas que trocaram de mesorregião dentro do Estado diminuiu. No período 1986-91, migraram 302,6 mil pessoas, passando para 294,4 mil em 1995-2000, e para 261,4 mil em 2005-10. Apesar disso, permaneceu a tendência de deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária

no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB *per capita* e industrializadas (Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste). Entretanto, cabe ressaltar que há diferenças expressivas nas tendências dos saldos migratórios internos dessas mesorregiões, ao longo dos três períodos. A Tabela 3 apresenta um resumo dos saldos migratórios e das taxas líquidas migratórias entre as mesorregiões gaúchas.

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, principalmente por ser a de maior população (além de conter a capital), apresentou fluxo migratório (imigrantes mais emigrantes) elevado com todas as demais mesorregiões em todos os períodos analisados. Em 2005-10, esse fluxo foi de 153,2 mil pessoas. Embora o saldo migratório dessa mesorregião com todo o Brasil seja negativo (conforme apresentado na seção 3), somente com as mesorregiões do RS ele é positivo, sendo o maior nos três períodos analisados, porém decrescentes: era de 91,9 mil em 1986-91, passando para 66,3 mil em 1995-2000 e caindo para 26,2 mil em 2005-10. Em 1986-91, era a mesorregião com a maior taxa líquida migratória interna (saldo migratório sobre a

população), de 2,71%. Em 2005-10, a taxa líquida foi de apenas 0,59%. Como pode ser visualizado no Mapa 2, no último período ganhou população, principalmente das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB: Noroeste e Sudoeste.

Em sentido oposto, a região da serra (mesorregião Nordeste) — com maior PIB *per capita* e a mais industrializada — vem obtendo saldos migratórios internos crescentes: de 10,5 mil em 1986-91, para 17,1 mil em 1995-2000, e 22,6 mil no último censo. Entre os três períodos, sua taxa líquida migratória interna subiu de 1,48% para 2,27% (tornando-se a maior do RS). De forma semelhante à mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, a região serrana obteve ganho populacional, devido, principalmente, às trocas realizadas com as mesorregiões Sudoeste e Noroeste.

A mesorregião Noroeste Rio-grandense (de elevada participação da agricultura em seu PIB) historicamente perde população por migração interna. Contudo, assim como ocorre nas trocas com todo o Brasil (ver seção 3), essa perda com as demais mesorregiões do RS tem apresentado tendência de redução. Sua taxa líquida migratória foi de -4,8% em 1986-91, passando para -3,8% em 1995-2000 e alcançando o valor de -1,4% em 2005-10, deixando de ser a menor do Estado nesse último período. Suas principais perdas por

migração são para as regiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste.

Com tendência inversa está a mesorregião Sudoeste, em que a perda populacional interna vem aumentando nos períodos (assim como ocorre com suas trocas com todo o Brasil, conforme apresentado na seção 3). Sua taxa líquida migratória interna foi de -1,7% em 1986-91, -2,3% em 1995-2000 e -3,0% em 2005-10 (tornando-se a menor do RS). Neste último período, seu saldo atingiu o contingente de -20,1 mil pessoas. Sendo a mesorregião com a maior participação da agropecuária no PIB e com o segundo menor PIB *per capita*, perde população para as mesorregiões com maior PIB *per capita* do Estado — a Nordeste e a Metropolitana de Porto Alegre — assim como ocorre com a mesorregião Noroeste.

As mesorregiões Centro Oriental, Sudeste e Centro Ocidental não tiveram saldo migratórios internos expressivos no período 2005-10, tendo sido, respectivamente, de 3,6 mil, -3,0 mil e -3,9 mil. Essas três mesorregiões perdem população, principalmente, para as mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste, como pode ser verificado no Mapa 2. Além disso, cabe destaque que o saldo positivo da mesorregião Centro Oriental se deve, principalmente, a ganhos com a mesorregião Noroeste.

Tabela 3

Número de imigrantes e emigrantes, saldos migratórios e taxas líquidas migratórias, entre as mesorregiões do RS — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

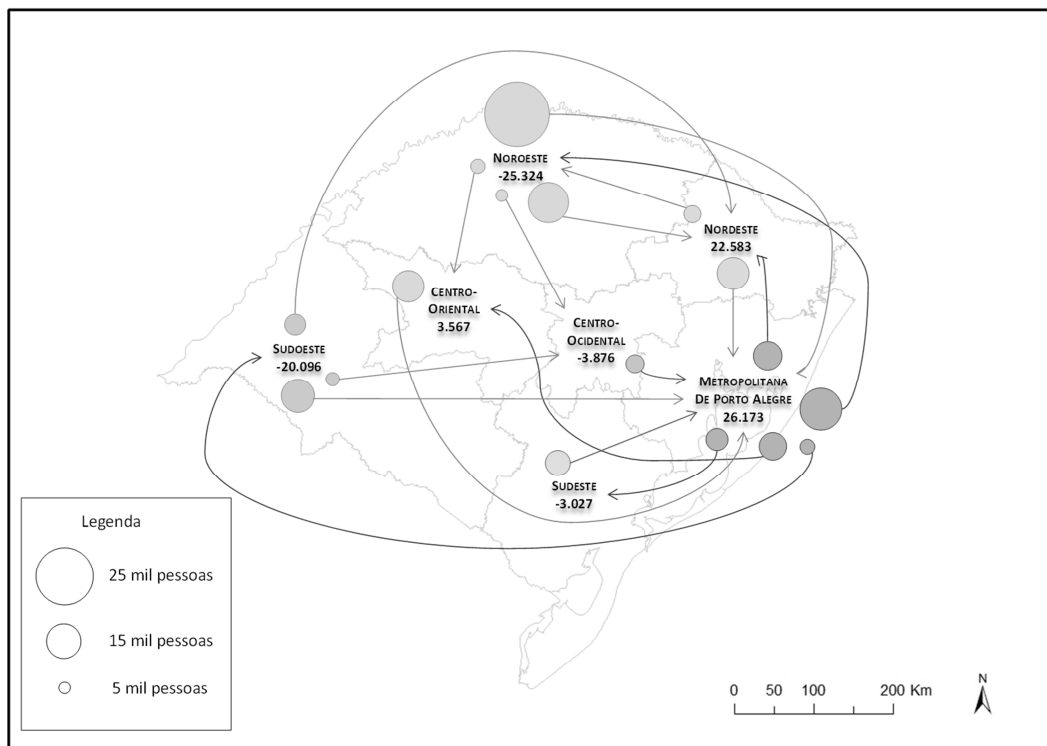
PERÍODOS E MESORREGIÕES	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA MIGRATÓRIA LÍQUIDA (%)
2005-10				
Noroeste Rio-grandense	37.547	62.871	-25.324	-1,38
Nordeste Rio-grandense	49.840	27.257	22.583	2,27
Centro Ocidental Rio-grandense	20.041	23.917	-3.876	-0,77
Centro Oriental Rio-grandense	27.108	23.541	3.567	0,49
Metropolitana de Porto Alegre	89.711	63.538	26.173	0,59
Sudoeste Rio-grandense	18.812	38.908	-20.096	-2,97
Sudeste Rio-grandense	18.358	21.385	-3.027	-0,35
1995-2000				
Noroeste Rio-grandense	32.256	100.763	-68.507	-3,80
Nordeste Rio-grandense	38.487	21.356	17.131	2,01
Centro Ocidental Rio-grandense	22.694	22.577	117	0,02
Centro Oriental Rio-grandense	30.881	24.034	6.847	1,01
Metropolitana de Porto Alegre	130.230	63.943	66.287	1,65
Sudoeste Rio-grandense	21.496	37.190	-15.694	-2,31
Sudeste Rio-grandense	18.377	24.558	-6.181	-0,75
1986-91				
Noroeste Rio-grandense	30.003	113.171	-83.168	-4,76
Nordeste Rio-grandense	32.797	22.269	10.528	1,48
Centro Ocidental Rio-grandense	22.802	25.448	-2.646	-0,61
Centro Oriental Rio-grandense	26.936	29.529	-2.593	-0,43
Metropolitana de Porto Alegre	148.581	56.663	91.918	2,71
Sudoeste Rio-grandense	23.945	34.330	-10.385	-1,66
Sudeste Rio-grandense	17.540	21.194	-3.654	-0,49

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

NOTA: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros

Mapa 2

Principais fluxos migratórios entre as mesorregiões do RS e saldos migratórios totais — 2005-10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2010).

NOTA: Estão representadas as saídas com mais de 5.000 pessoas.

5 Saldos e fluxos migratórios interestaduais das mesorregiões do Rio Grande do Sul

Conforme apresentado na Tabela 1 (seção 3), o número de pessoas que imigram para o Estado reduziu de 114,3 mil no **Censo Demográfico 1991** para 102,6 mil no **Censo Demográfico 2010**. Por outro lado, o número de emigrantes aumentou no mesmo período (de 138,9 mil para 177,3 mil), o que provocou um crescimento no saldo migratório negativo do Rio Grande do Sul.

Ao acompanhar a evolução dos saldos migratórios e das taxas líquidas migratórias das mesorregiões do RS com os demais estados do Brasil (Tabela 4), verifica-se que, no período 2005-10, nenhuma das mesorregiões do Estado obteve um número de imigrantes superior ao número de emigrantes. Ou seja, todas obtiveram saldos migratórios negativos. Enquanto alguns

padrões das mesorregiões são semelhantes aos encontrados nas evoluções das migrações totais com o Brasil (seção 3), outros se mostram bastante divergentes.

A mesorregião Noroeste Rio-grandense foi a única que reduziu suas perdas por migrações nas trocas interestaduais entre 1995 e 2000 e 2005 e 2010, tanto em saldo quanto na taxa líquida migratória. Contudo, ao passo que, nas trocas totais (seção 3), deixou de ser a mesorregião com taxa líquida migratória mais negativa, nas trocas interestaduais continua sendo a mesorregião de maior evasão proporcional.

Nas trocas interestaduais, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é a de maior perda populacional em números absolutos, enquanto, nas trocas intraestaduais (seção 4), ela é a de maior ganho populacional em números absolutos. Em outras palavras, a mesorregião com maior população e maior PIB do Estado importa pessoas do RS e exporta pessoas para os demais estados do Brasil.

A mesorregião Nordeste, que, em 1995-2000, era a única que havia apresentado ganho populacional com os demais estados brasileiros, obteve a menor

perda interestadual por migração em 2005-10. Uma vez que seu saldo interestadual é negativo, pode-se afirmar que a razão pela qual essa mesorregião possui um saldo migratório elevado com todo o Brasil (seção 3) deve-se somente às suas trocas migratórias com as mesorregiões do RS (seção 4).

A mesorregião Sudoeste obteve taxas líquidas migratórias interestaduais mais negativas ao longo dos períodos, assim como suas trocas totais. Também se tornaram mais negativas as taxas das mesorregiões Centro Ocidental, Centro Oriental e Sudeste.

No anexo deste trabalho, estão disponíveis as trocas migratórias do RS e suas mesorregiões com todos os estados brasileiros, nos três períodos analisados. Verificando os fluxos migratórios do RS com as macrorregiões do Brasil, destaca-se o fato de que, com nenhuma delas, o Estado apresentou saldo migratório positivo. A relação com a Região Nordeste é a que obteve o menor saldo migratório negativo (-433 pessoas).

A maior parte dessa perda populacional é devida às trocas migratórias com os estados da Região Sul do Brasil, correspondendo a 64,9 mil, 87% de todo o saldo negativo do RS no **Censo Demográfico 2010** (somente para o Estado de Santa Catarina, a perda populacional foi de 60,0 mil habitantes, equivalente a 80,7% da perda total). As mesorregiões gaúchas com saldos migratórios mais negativos nas trocas com Santa Catarina são a Metropolitana de Porto Alegre (-23,1 mil) e a Noroeste Rio-grandense (-18,4 mil).

Dentre as mesorregiões gaúchas, algumas apresentam ganho populacional por migração em relação a algumas regiões do País, mas, em geral, são saldos muito pequenos. Destaca-se, porém, o ganho da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul em relação ao Estado do Rio de Janeiro (1,6 mil pessoas) e da região Nordeste em relação ao Paraná (0,9 mil pessoas).

A Tabela 5 apresenta, para cada mesorregião do RS, as três unidades da Federação (UFs) com menor saldo migratório e as três UFs com maior saldo migratório.

Com relação à origem da população imigrante, de acordo com o **Censo Demográfico 2010**, quase a metade é proveniente da Região Sul do Brasil (48,5 mil), seguida pelos imigrantes da Região Sudeste (27,3 mil, mais da metade dessa população vinda de São Paulo). Por outro lado, nos períodos 1986-91 e 2005-10, o percentual de imigrantes da Região Sul do País diminuiu de 58,5% para 47,7%, enquanto o percentual da Região Sudeste aumentou de 22,1% para 26,8%.

Também cresceu o percentual de migrantes oriundos da Região Nordeste, de 5,5% para 10,4%.

Somente o Estado de Santa Catarina foi responsável por 31,2% do total dos imigrantes do RS no período 2005-10, muito em função da proximidade geográfica. Nota-se que as mesorregiões que mais recebem imigrantes de SC são justamente as que ficam na porção norte do Rio Grande do Sul, sendo esse Estado responsável por cerca de 40% dos imigrantes no Nordeste e Noroeste gaúcho.

As únicas mesorregiões que não recebem migrantes com maior proporção do Sul são a Sudoeste Rio-grandense e a Sudeste Rio-grandense. Nelas, é maior o número de pessoas vindas do Sudeste, sendo a maioria do Rio de Janeiro. Possibilidades para esse fato residem na maior distância geográfica dessas mesorregiões com o Estado de Santa Catarina e na existência da região portuária de Rio Grande, localizada na mesorregião Sudeste Rio-grandense, onde os imigrantes do Sudeste do País chegam a 49%.

No que tange às emigrações, há um fluxo populacional similar ao das imigrações, com ainda maior intensidade para os estados das Regiões Sul e Sudeste do País, em especial para o Estado de Santa Catarina, que concentra 52% dos emigrantes gaúchos. Mas, ao contrário do que ocorre com os imigrantes, o percentual de emigrantes para o Sul aumentou nos períodos 1986-91 e 2005-10, passando de 53% (71,8 mil pessoas) para 64% (113,4 mil pessoas). Por outro lado, há uma diminuição do número de emigrantes para o Centro-Oeste do País (terceiro maior destino) no mesmo período, de 18% para 9%. Outra diferença, em relação aos imigrantes, são duas exceções: o número de emigrantes das mesorregiões do sul do Estado (Sudeste e Sudoeste) não foi maior para a Região Sudeste do Brasil do que para a Região Sul do Brasil.

Tabela 4

Número de imigrantes e emigrantes, saldos migratórios e taxas líquidas migratórias das mesorregiões do RS com os demais estados do Brasil — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E MESORREGIÕES	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA MIGRATÓRIA LÍQUIDA (%)
2005-10				
Noroeste Rio-grandense	20.336	45.758	-25.422	-1,38
Nordeste Rio-grandense	14.862	16.217	-1.355	-0,14
Centro Ocidental Rio-grandense	4.938	10.232	-5.294	-1,05
Centro Oriental Rio-grandense	4.177	5.571	-1.394	-0,19
Metropolitana de Porto Alegre	44.744	73.488	-28.744	-0,65
Sudoeste Rio-grandense	4.651	12.179	-7.528	-1,11
Sudeste Rio-grandense	7.894	12.490	-4.596	-0,54
1995-2000				
Noroeste Rio-grandense	20.292	51.050	-30.758	-1,71
Nordeste Rio-grandense	17.203	14.920	2.283	0,27
Centro Ocidental Rio-grandense	4.968	6.441	-1.473	-0,30
Centro Oriental Rio-grandense	4.012	4.932	-920	-0,14
Metropolitana de Porto Alegre	52.693	53.233	-540	-0,01
Sudoeste Rio-grandense	4.312	8.506	-4.194	-0,62
Sudeste Rio-grandense	6.500	9.723	-3.223	-0,39
1986-91				
Noroeste Rio-grandense	22.774	54.203	-31.429	-1,80
Nordeste Rio-grandense	14.368	13.309	1.059	0,15
Centro Ocidental Rio-grandense	4.029	5.553	-1.524	-0,35
Centro Oriental Rio-grandense	4.931	4.750	181	0,03
Metropolitana de Porto Alegre	56.655	44.651	12.004	0,35
Sudoeste Rio-grandense	4.522	6.119	-1.597	-0,26
Sudeste Rio-grandense	4.519	6.209	-1.690	-0,23

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

NOTA: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Tabela 5

Saldo migratório de data fixa das mesorregiões do RS em relação às suas três unidades da Federação de maior perda e as suas três UF's de maior ganho populacional por migração — 2005-10

MESORREGIÃO DO RS	MAIORES PERDAS POR MIGRAÇÃO		MAIORES GANHOS POR MIGRAÇÃO	
	Unidades da Federação	Saldo Migratório	Unidades da Federação	Saldo Migratório
Noroeste	Santa Catarina	-18.420	Paraíba	73
	Paraná	-1.842	Maranhão	56
	Mato Grosso	-1.739	Piauí	19
Nordeste	Santa Catarina	-2.008	Paraná	925
	Rondônia	-526	Minas Gerais	434
	Mato Grosso	-239	São Paulo	275
Centro Ocidental	Santa Catarina	-4.125	Tocantins	86
	Paraná	-520	Distrito Federal	72
	Rio de Janeiro	-379	Pará	59
Centro Oriental	Santa Catarina	-1.625	Paraná	225
	Mato Grosso	-98	Pernambuco	139
	Bahia	-80	Minas Gerais	123
Metropolitana de Porto Alegre	Santa Catarina	-23.145	Ceará	563
	São Paulo	-2.240	Mato Grosso	212
	Paraná	-1.650	Rondônia	163
Sudoeste	Santa Catarina	-6.045	Rio de Janeiro	270
	Paraná	-1.241	São Paulo	174
	Mato Grosso do Sul	-231	Distrito Federal	136
Sudeste	Santa Catarina	-4.629	Rio de Janeiro	1.572
	Paraná	-828	Rio Grande do Norte	150
	Distrito Federal	-330	Bahia	71

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

7 Considerações finais

Foi possível observar, com base nos dados analisados, os movimentos migratórios no Estado do Rio Grande do Sul, bem como atentar para as tendências de deslocamentos da população no território. A perda de população relacionada às migrações passou de 24,6 mil no **Censo Demográfico 1991** para 74,7 mil no **Censo Demográfico 2010**. Nesse mesmo período, o número de pessoas que imigram para o Estado reduziu de 114,3 mil para 102,6 mil, e o número de emigrantes aumentou de 138,9 mil para 177,3 mil. Destaca-se que o RS possui saldo migratório negativo desde a década de 70.

No período 2005-10, com nenhuma macrorregião do País o Rio Grande do Sul apresentou saldo migratório positivo. De todo o saldo migratório negativo, 87,3% ocorreu nas trocas com a Região Sul (o Estado de Santa Catarina obteve 80,7% da perda populacional do RS por migração). A segunda maior perda foi para a macrorregião Centro-Oeste (7,7%). Em comparação com os dados do **Censo Demográfico 1991**, houve um aumento do fluxo migratório para a Sudeste e uma diminuição para a Centro-Oeste.

Cinco mesorregiões do Estado tiveram saldo migratório negativo, enquanto apenas duas obtiveram ganho populacional. As que mais perderam população, em números absolutos, foram as mesorregiões Noroeste Rio-grandense (-50,7 mil) e Sudoeste Rio-grandense (-27,6 mil), enquanto as mesorregiões que obtiveram saldo migratório positivo foram a Nordeste Rio-grandense (21,2 mil) e a Centro Oriental Rio-grandense (2,2 mil) — exatamente as duas mesorregiões com maior participação da indústria no PIB.

Ao se analisarem as tendências entre os três últimos censos, verificam-se algumas diferenças: embora a mesorregião Noroeste permaneça sendo a com saldo migratório mais negativo, sua tendência é de decréscimo a cada censo, tendo deixado de ser a mesorregião com taxa líquida migratória mais negativa. Em sentido inverso, a mesorregião Sudoeste vem aumentando suas perdas por migração, tornando-se a de taxa líquida migratória mais negativa.

Destaca-se, também, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, de maior população e maior PIB no Estado, mas que passa por um processo de redução do fluxo migratório total, não tendo apresentado, no

último censo, ganho populacional por migração. Seu saldo migratório era de 103,9 mil no período 1986-91 e de 65,7 mil no período 1995-2000, tendo atingido valor ligeiramente negativo (-2,6 mil) no período 2005-10.

Ao se analisarem somente os movimentos populacionais entre as mesorregiões gaúchas (intraestaduais), percebe-se uma diminuição do fluxo migratório nos três períodos, de 302,6 mil pessoas em 1986-91, passando para 294,4 mil em 1995-2000 e para 261,4 mil em 2005-10. Apesar disso, ainda há a tendência de deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB *per capita* e industrializadas (Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste).

Nas trocas interestaduais, destaca-se a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que, ao contrário das trocas internas no Estado (onde é a mesorregião com saldo migratório mais positivo), nas trocas externas foi a mesorregião com saldo migratório mais negativo no período 2005-10 — uma perda de 28,7 mil pessoas. Ou seja, ela recebeu população do RS e perdeu para outros estados. Destaca-se também o ganho da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul em relação ao Sudeste do País (1,2 mil pessoas), principalmente com o Estado do Rio de Janeiro (1,6 mil pessoas).

Anexo

Tabela A.1

Matriz de migrações entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul — 2005-10, 1995-2000 e 1986-91

PERÍODOS E MESORREGIÕES DO RS	NOROESTE	NORDESTE	CENTRO OCIDENTAL	CENTRO ORIENTAL	METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	SUDOESTE	SUDESTE
2005-10							
Noroeste	-	17.589	5.280	6.331	28.323	3.599	1.749
Nordeste	7.500	-	944	2.470	14.041	1.120	1.182
Centro Ocidental	3.993	3.630	-	2.787	8.052	4.294	1.161
Centro Oriental	2.505	3.418	2.036	-	13.882	611	1.089
Metropolitana de Porto Alegre	18.338	12.615	4.543	11.943	-	6.519	9.580
Sudoeste	3.481	9.307	6.028	2.047	14.448		3.597
Sudeste	1.730	3.281	1.210	1.530	10.965	2.669	
Total	37.547	49.840	20.041	27.108	89.711	18.812	18.358
1995-2000							
Noroeste	-	19.988	6.911	7.546	57.437	5.183	3.698
Nordeste	5.161	-	813	1.624	12.477	704	577
Centro Ocidental	3.426	1.326	-	2.775	9.670	4.246	1.134
Centro Oriental	2.222	2.749	1.811	-	15.481	671	1.100
Metropolitana de Porto Alegre	16.125	10.759	5.066	16.027	-	7.480	8.486
Sudoeste	3.764	1.851	6.872	1.285	20.036	-	3.382
Sudeste	1.558	1.814	1.221	1.624	15.129	3.212	-
Total	32.256	38.487	22.694	30.881	130.230	21.496	18.377
1986 -1991							
Noroeste	-	17.262	6.990	8.092	70.945	7.217	2.665
Nordeste	5.646	-	636	1.786	13.245	575	381
Centro Ocidental	4.519	1.430	-	1.916	10.921	5.405	1.257
Centro Oriental	2.099	2.638	1.934	-	21.114	916	828
Metropolitana de Porto Alegre	13.561	8.973	5.892	12.063	-	7.460	8.714
Sudoeste	3.269	1.607	6.166	1.297	18.296	-	3.695
Sudeste	909	887	1.184	1.782	14.060	2.372	-
Total	30.003	32.797	22.802	26.936	148.581	23.945	17.540

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

NOTA: As mesorregiões descritas nas linhas representam o local de residência no início do período; já as descritas nas colunas indicadoras representam o local de residência no final do período.

Tabela A.2

Distribuição do número absoluto e percentual de imigrantes interestaduais de data fixa por unidade da federação brasileira de origem e mesorregiões do RS de destino — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NOROESTE RS		NORDESTE RS		CENTRO OCIDENTAL RS		CENTRO ORIENTAL RS		METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE		SUDOESTE RS		SUDESTE RS		TOTAL DO RS	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
2005-10																
Rondônia	89	0,4	60	0,4	60	1,2	37	0,9	368	0,8	31	0,7	11	0,1	656	0,6
Acre	40	0,2	13	0,1	26	0,5	0	0,0	56	0,1	14	0,3	0	0,0	149	0,1
Amazonas	102	0,5	123	0,8	159	3,2	0	0,0	476	1,1	76	1,6	115	1,5	1.051	1,0
Roraima	60	0,3	41	0,3	85	1,7	14	0,3	85	0,2	12	0,3	0	0,0	297	0,3
Pará	219	1,1	200	1,3	412	8,3	100	2,4	411	0,9	129	2,8	116	1,5	1.587	1,6
Amapá	7	0,0	0	0,0	0	0,0	17	0,4	50	0,1	0	0,0	20	0,3	94	0,1
Tocantins	117	0,6	36	0,2	90	1,8	42	1,0	87	0,2	80	1,7	12	0,2	464	0,5
Maranhão	271	1,3	183	1,2	62	1,3	31	0,7	254	0,6	101	2,2	11	0,1	913	0,9
Piauí	118	0,6	210	1,4	0	0,0	0	0,0	332	0,7	0	0,0	35	0,4	695	0,7
Ceará	229	1,1	373	2,5	36	0,7	100	2,4	1.552	3,5	157	3,4	126	1,6	2.573	2,5
Rio Grande do Norte	65	0,3	58	0,4	57	1,2	9	0,2	446	1,0	23	0,5	247	3,1	905	0,9
Paraíba	83	0,4	98	0,7	22	0,4	73	1,7	476	1,1	96	2,1	16	0,2	864	0,9
Pernambuco	68	0,3	104	0,7	73	1,5	178	4,3	694	1,6	29	0,6	86	1,1	1.232	1,2
Alagoas	25	0,1	46	0,3	13	0,3	0	0,0	186	0,4	0	0,0	8	0,1	278	0,3
Sergipe	32	0,2	45	0,3	0	0,0	0	0,0	241	0,5	0	0,0	0	0,0	318	0,3
Bahia	438	2,2	451	3,0	117	2,4	108	2,6	1.303	2,9	175	3,8	238	3,0	2.830	2,8
Minas Gerais	397	2,0	777	5,2	281	5,7	283	6,8	1.798	4,0	122	2,6	116	1,5	3.774	3,7
Espírito Santo	87	0,4	97	0,7	14	0,3	21	0,5	338	0,8	69	1,5	34	0,4	660	0,6
Rio de Janeiro	641	3,2	134	0,9	250	5,1	109	2,6	3.737	8,4	753	16,2	2.763	35,0	8.387	8,3
São Paulo	2.021	9,9	1.648	11,1	651	13,2	478	11,4	8.124	18,2	579	12,5	954	12,1	14.455	14,2
Paraná	3.944	19,4	3.536	23,8	556	11,3	835	20,0	6.634	14,8	434	9,3	812	10,3	16.751	16,5
Santa Catarina	7.645	37,6	6.033	40,6	843	17,1	1.322	31,6	13.357	29,9	1.023	22,0	1.478	18,7	31.701	31,2
Mato Grosso do Sul ..	848	4,2	94	0,6	459	9,3	173	4,1	706	1,6	311	6,7	257	3,3	2.848	2,8
Mato Grosso	2.005	9,9	169	1,1	162	3,3	121	2,9	1.033	2,3	118	2,5	111	1,4	3.719	3,7
Goiás	598	2,9	246	1,7	143	2,9	33	0,8	624	1,4	56	1,2	132	1,7	1.832	1,8
Distrito Federal	186	0,9	88	0,6	367	7,4	93	2,2	1.377	3,1	262	5,6	193	2,4	2.566	2,5
1995-2000																
Rondônia	211	1,0	105	0,6	61	1,2	91	2,3	516	1,0	74	1,7	47	0,7	1.105	1,0
Acre	51	0,3	6	0,0	0	0,0	0	0,0	36	0,1	0	0,0	7	0,1	100	0,1
Amazonas	132	0,7	79	0,5	244	4,9	10	0,2	411	0,8	166	3,8	109	1,7	1.151	1,0
Roraima	53	0,3	26	0,2	58	1,2	0	0,0	40	0,1	47	1,1	8	0,1	232	0,2
Pará	34	0,2	156	0,9	129	2,6	57	1,4	695	1,3	140	3,2	87	1,3	1.298	1,2
Amapá	65	0,3	0	0,0	64	1,3	0	0,0	45	0,1	42	1,0	51	0,8	267	0,2
Tocantins	315	1,6	0	0,0	26	0,5	16	0,4	120	0,2	91	2,1	80	1,2	648	0,6
Maranhão	154	0,8	139	0,8	11	0,2	4	0,1	393	0,7	17	0,4	6	0,1	724	0,7
Piauí	158	0,8	18	0,1	15	0,3	8	0,2	212	0,4	63	1,5	11	0,2	485	0,4
Ceará	157	0,8	126	0,7	178	3,6	90	2,2	856	1,6	138	3,2	126	1,9	1.671	1,5
Rio Grande do Norte ..	117	0,6	63	0,4	108	2,2	0	0,0	348	0,7	59	1,4	90	1,4	785	0,7
Paraíba	129	0,6	8	0,0	23	0,5	7	0,2	282	0,5	155	3,6	28	0,4	632	0,6
Pernambuco	111	0,5	76	0,4	145	2,9	11	0,3	845	1,6	92	2,1	55	0,8	1.335	1,2
Alagoas	0	0,0	132	0,8	0	0,0	13	0,3	162	0,3	0	0,0	0	0,0	307	0,3
Sergipe	25	0,1	79	0,5	17	0,3	31	0,8	74	0,1	0	0,0	18	0,3	244	0,2
Bahia	354	1,7	195	1,1	35	0,7	73	1,8	1.281	2,4	82	1,9	30	0,5	2.050	1,9
Minas Gerais	403	2,0	258	1,5	272	5,5	73	1,8	1.606	3,0	367	8,5	137	2,1	3.116	2,8
Espírito Santo	110	0,5	104	0,6	79	1,6	41	1,0	432	0,8	0	0,0	21	0,3	787	0,7
Rio de Janeiro	891	4,4	416	2,4	491	9,9	210	5,2	3.459	6,6	531	12,3	2.194	33,8	8.192	7,4
São Paulo	1.738	8,6	1.254	7,3	688	13,8	524	13,1	8.723	16,6	606	14,0	883	13,6	14.416	13,1
Paraná	4.363	21,5	4.346	25,3	768	15,5	737	18,4	9.433	17,9	474	11,0	898	13,8	21.019	19,1
Santa Catarina	7.447	36,7	8.582	49,9	903	18,2	1.671	41,7	19.766	37,5	737	17,1	1.106	17,0	40.212	36,6
Mato Grosso do Sul ..	1.054	5,2	483	2,8	250	5,0	203	5,1	814	1,5	140	3,2	219	3,4	3.163	2,9
Mato Grosso	1.098	5,4	441	2,6	177	3,6	98	2,4	784	1,5	89	2,1	50	0,8	2.737	2,5
Goiás	774	3,8	83	0,5	39	0,8	16	0,4	419	0,8	52	1,2	82	1,3	1.465	1,3
Distrito Federal	347	1,7	29	0,2	189	3,8	25	0,6	937	1,8	152	3,5	156	2,4	1.835	1,7

(continua)

Tabela A.2

Distribuição do número absoluto e percentual de imigrantes interestaduais de data fixa por unidade da Federação brasileira de origem e mesorregiões do RS de destino — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NOROESTE RS		NORDESTE RS		CENTRO OCIDENTAL RS		CENTRO ORIENTAL RS		METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE		SUDOESTE RS		SUDESTE RS		TOTAL DO RS	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1986-91																
Rondônia	324	1,4	87	0,6	76	1,5	86	1,7	396	0,7	81	1,8	22	0,5	1.072	1,0
Acre	78	0,3	0	0,0	0	0,0	45	0,9	89	0,2	45	1,0	0	0,0	257	0,2
Amazonas	73	0,3	127	0,9	96	1,9	37	0,8	324	0,6	65	1,4	10	0,2	732	0,7
Roraima	16	0,1	13	0,1	164	3,3	0	0,0	117	0,2	7	0,2	0	0,0	317	0,3
Pará	268	1,2	63	0,4	119	2,4	58	1,2	477	0,8	162	3,6	56	1,2	1.203	1,1
Amapá	0	0,0	7	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	0,0
Tocantins	447	2,0	52	0,4	23	0,5	0	0,0	0	0,0	22	0,5	35	0,8	579	0,5
Maranhão	177	0,8	53	0,4	29	0,6	10	0,2	310	0,5	0	0,0	19	0,4	598	0,5
Piauí	19	0,1	11	0,1	0	0,0	0	0,0	78	0,1	0	0,0	13	0,3	121	0,1
Ceará	74	0,3	78	0,5	93	1,9	0	0,0	812	1,4	67	1,5	97	2,1	1.221	1,1
Rio Grande do Norte	34	0,1	16	0,1	29	0,6	4	0,1	163	0,3	89	2,0	12	0,3	347	0,3
Paraíba	30	0,1	0	0,0	51	1,0	0	0,0	330	0,6	0	0,0	0	0,0	411	0,4
Pernambuco	217	1,0	42	0,3	65	1,3	37	0,8	263	0,5	41	0,9	118	2,6	783	0,7
Alagoas	74	0,3	25	0,2	10	0,2	0	0,0	202	0,4	0	0,0	63	1,4	374	0,3
Sergipe	8	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	286	0,5	0	0,0	24	0,5	318	0,3
Bahia	292	1,3	251	1,7	42	0,8	10	0,2	1.306	2,3	15	0,3	113	2,5	2.029	1,8
Minas Gerais	520	2,3	257	1,8	62	1,2	140	2,8	1.156	2,0	84	1,9	172	3,8	2.391	2,1
Espírito Santo	25	0,1	9	0,1	39	0,8	56	1,1	369	0,7	29	0,6	23	0,5	550	0,5
Rio de Janeiro	668	2,9	453	3,2	455	9,2	176	3,6	4.389	7,7	786	17,4	1.465	32,4	8.392	7,5
São Paulo	1.009	4,4	926	6,4	651	13,1	690	14,0	8.458	14,9	774	17,1	862	19,1	13.370	12,0
Paraná	5.246	23,0	3.176	22,1	947	19,1	1.060	21,5	14.182	25,0	819	18,1	631	14,0	26.061	23,3
Santa Catarina	8.018	35,2	7.911	55,1	492	9,9	2.096	42,5	19.641	34,7	640	14,2	511	11,3	39.309	35,2
Mato Grosso do Sul	1.257	5,5	436	3,0	89	1,8	136	2,8	752	1,3	116	2,6	90	2,0	2.876	2,6
Mato Grosso	2.585	11,3	282	2,0	138	2,8	114	2,3	1.057	1,9	111	2,5	27	0,6	4.314	3,9
Goiás	951	4,2	73	0,5	123	2,5	106	2,1	328	0,6	138	3,1	84	1,9	1.803	1,6
Distrito Federal	366	1,6	17	0,1	237	4,8	71	1,4	1.169	2,1	429	9,5	73	1,6	2.362	2,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

Tabela A.3

Distribuição do número absoluto e percentual dos emigrantes interestaduais de data fixa por mesorregiões do RS de origem e unidades da Federação brasileira de destino — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NOROESTE		NORDESTE		CENTRO OCIDENTAL		CENTRO ORIENTAL		METRO- POLITANA DE PORTO ALEGRE		SUDOESTE		SUDESTE		TOTAL DO RS	
	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%	Nú- mero	%
2005-10																
Rondônia	300	0,70	586	3,60	122	1,20	85	1,50	205	0,30	72	0,60	29	0,20	1.399	0,80
Acre	69	0,20	93	0,60	0	0,00	0	0,00	20	0,00	24	0,20	14	0,10	220	0,10
Amazonas	132	0,30	207	1,30	195	1,90	25	0,40	575	0,80	215	1,80	174	1,40	1.523	0,90
Roraima	101	0,20	14	0,10	37	0,40	16	0,30	115	0,20	70	0,60	19	0,20	372	0,20
Pará	313	0,70	165	1,00	353	3,40	50	0,90	395	0,50	77	0,60	183	1,50	1.536	0,90
Amapá	4	0,00	10	0,10	0	0,00	0	0,00	45	0,10	0	0,00	31	0,20	90	0,10
Tocantins	289	0,60	21	0,10	4	0,00	0	0,00	241	0,30	90	0,70	0	0,00	645	0,40
Maranhão	215	0,50	122	0,80	8	0,10	0	0,00	378	0,50	13	0,10	29	0,20	765	0,40
Piauí	99	0,20	142	0,90	0	0,00	26	0,50	447	0,60	3	0,00	8	0,10	725	0,40
Ceará	294	0,60	173	1,10	73	0,70	51	0,90	989	1,30	104	0,90	89	0,70	1.773	1,00
Rio Grande do Norte	108	0,20	8	0,00	83	0,80	0	0,00	441	0,60	21	0,20	97	0,80	758	0,40
Paraíba	10	0,00	109	0,70	115	1,10	89	1,60	443	0,60	81	0,70	32	0,30	879	0,50
Pernambuco	62	0,10	203	1,30	222	2,20	39	0,70	1.029	1,40	48	0,40	134	1,10	1.737	1,00
Alagoas	29	0,10	9	0,10	0	0,00	13	0,20	325	0,40	46	0,40	45	0,40	467	0,30
Sergipe	54	0,10	163	1,00	0	0,00	80	1,40	156	0,20	69	0,60	0	0,00	522	0,30
Bahia	914	2,00	299	1,80	167	1,60	188	3,40	1.486	2,00	194	1,60	167	1,30	3.415	1,90
Minas Gerais	800	1,70	343	2,10	227	2,20	160	2,90	1.654	2,30	251	2,10	241	1,90	3.676	2,10
Espírito Santo	70	0,20	86	0,50	72	0,70	9	0,20	476	0,60	116	1,00	61	0,50	890	0,50
Rio de Janeiro	744	1,60	208	1,30	629	6,10	137	2,50	3.998	5,40	483	4,00	1.191	9,50	7.390	4,20
São Paulo	2.512	5,50	1.373	8,50	743	7,30	485	8,70	10.364	14,10	405	3,30	1.182	9,50	17.064	9,70
Paraná	5.786	12,60	2.611	16,10	1.076	10,50	610	10,90	8.284	11,30	1.675	13,80	1.640	13,10	21.682	12,30
Santa Catarina	26.065	57,00	8.041	49,60	4.968	48,60	2.947	52,90	36.502	49,70	7.068	58,00	6.107	48,90	91.698	52,10
Mato Grosso do Sul	1.186	2,60	311	1,90	432	4,20	114	2,00	994	1,40	542	4,50	246	2,00	3.825	2,20
Mato Grosso	3.744	8,20	408	2,50	325	3,20	219	3,90	821	1,10	224	1,80	121	1,00	5.862	3,30
Goiás	1.350	3,00	299	1,80	86	0,80	77	1,40	883	1,20	162	1,30	127	1,00	2.984	1,70
Distrito Federal	508	1,10	213	1,30	295	2,90	151	2,70	2.222	3,00	126	1,00	523	4,20	4.038	2,30
1995-2000																
Rondônia	485	1,00	66	0,40	88	1,40	33	0,70	562	1,10	49	0,60	61	0,60	1.344	0,90
Acre	45	0,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	20	0,00	119	1,40	38	0,40	222	0,10
Amazonas	138	0,30	53	0,40	182	2,80	45	0,90	486	0,90	204	2,40	114	1,20	1.222	0,80
Roraima	89	0,20	54	0,40	111	1,70	48	1,00	103	0,20	120	1,40	9	0,10	534	0,40
Pará	412	0,80	207	1,40	416	6,50	48	1,00	684	1,30	266	3,10	45	0,50	2.078	1,40
Amapá	33	0,10	0	0,00	0	0,00	0	0,00	54	0,10	91	1,10	32	0,30	210	0,10
Tocantins	395	0,80	210	1,40	37	0,60	0	0,00	74	0,10	183	2,20	80	0,80	979	0,70
Maranhão	426	0,80	62	0,40	48	0,70	89	1,80	348	0,70	23	0,30	0	0,00	996	0,70
Piauí	235	0,50	37	0,20	16	0,20	121	2,50	242	0,50	85	1,00	22	0,20	758	0,50
Ceará	203	0,40	705	4,70	19	0,30	10	0,20	1.341	2,50	103	1,20	209	2,10	2.590	1,70
Rio Grande do Norte	86	0,20	48	0,30	5	0,10	0	0,00	362	0,70	154	1,80	183	1,90	838	0,60
Paraíba	148	0,30	71	0,50	16	0,20	0	0,00	266	0,50	19	0,20	84	0,90	604	0,40
Pernambuco	217	0,40	324	2,20	19	0,30	18	0,40	657	1,20	49	0,60	84	0,90	1.368	0,90
Alagoas	75	0,10	26	0,20	0	0,00	0	0,00	269	0,50	19	0,20	0	0,00	389	0,30
Sergipe	32	0,10	17	0,10	16	0,20	0	0,00	170	0,30	47	0,60	86	0,90	368	0,20
Bahia	1.036	2,00	540	3,60	117	1,80	52	1,10	1.497	2,80	62	0,70	200	2,10	3.504	2,40
Minas Gerais	1.150	2,30	319	2,10	93	1,40	123	2,50	1.143	2,10	522	6,10	351	3,60	3.701	2,50
Espírito Santo	327	0,60	85	0,60	0	0,00	60	1,20	278	0,50	39	0,50	20	0,20	809	0,50
Rio de Janeiro	1.296	2,50	288	1,90	299	4,60	439	8,90	3.262	6,10	777	9,10	1.058	10,90	7.419	5,00
São Paulo	4.450	8,70	2.163	14,50	722	11,20	1.031	20,90	7.358	13,80	1.048	12,30	850	8,70	17.622	11,80
Mato Grosso	6.522	12,80	519	3,50	143	2,20	128	2,60	999	1,90	252	3,00	270	2,80	8.833	5,90
Goiás	1.909	3,70	345	2,30	205	3,20	108	2,20	892	1,70	145	1,70	94	1,00	3.698	2,50
Distrito Federal	959	1,90	207	1,40	467	7,30	149	3,00	1.242	2,30	499	5,90	414	4,30	3.937	2,60

(continua)

Tabela A.3

Distribuição do número absoluto e percentual dos emigrantes interestaduais de data fixa por mesorregiões do RS de origem e unidades da Federação brasileira de destino — 1986-91, 1995-2000 e 2005-10

PERÍODOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NOROESTE		NORDESTE		CENTRO OCIDENTAL		CENTRO ORIENTAL		METRO-POLITANA DE PORTO ALEGRE		SUDOESTE		SUDESTE		TOTAL DO RS	
	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%	Nú-mero	%
1986-91																
Rondônia	794	1,50	103	0,80	51	0,90	101	2,10	359	0,80	176	2,90	12	0,20	1.596	1,20
Acre	135	0,20	13	0,10	0	0,00	0	0,00	83	0,20	0	0,00	15	0,20	246	0,20
Amazonas	88	0,20	79	0,60	86	1,50	47	1,00	546	1,20	132	2,20	28	0,50	1.006	0,70
Roraima	58	0,10	5	0,00	24	0,40	0	0,00	123	0,30	45	0,70	0	0,00	255	0,20
Pará	248	0,50	133	1,00	120	2,20	121	2,50	596	1,30	33	0,50	62	1,00	1.313	1,00
Amapá	0	0,00	0	0,00	50	0,90	0	0,00	56	0,10	5	0,10	5	0,10	116	0,10
Tocantins	379	0,70	24	0,20	72	1,30	150	3,20	262	0,60	231	3,80	74	1,20	1.192	0,90
Maranhão	129	0,20	16	0,10	47	0,80	0	0,00	220	0,50	0	0,00	0	0,00	412	0,30
Piauí	15	0,00	11	0,10	6	0,10	12	0,30	8	0,00	13	0,20	4	0,10	69	0,10
Ceará	69	0,10	106	0,80	58	1,00	16	0,30	381	0,90	132	2,20	104	1,70	866	0,60
Rio Grande do Norte	90	0,20	89	0,70	62	1,10	10	0,20	139	0,30	93	1,50	4	0,10	487	0,40
Paraíba	91	0,20	9	0,10	47	0,80	0	0,00	227	0,50	24	0,40	21	0,30	419	0,30
Pernambuco	124	0,20	256	1,90	20	0,40	20	0,40	689	1,50	72	1,20	49	0,80	1.230	0,90
Alagoas	289	0,50	126	0,90	0	0,00	22	0,50	385	0,90	0	0,00	0	0,00	822	0,60
Sergipe	32	0,10	4	0,00	30	0,50	0	0,00	184	0,40	25	0,40	0	0,00	275	0,20
Bahia	1.290	2,40	119	0,90	123	2,20	24	0,50	1.004	2,20	84	1,40	72	1,20	2.716	2,00
Minas Gerais	705	1,30	289	2,20	171	3,10	211	4,40	1.416	3,20	221	3,60	280	4,50	3.293	2,40
Espírito Santo	115	0,20	32	0,20	43	0,80	52	1,10	579	1,30	27	0,40	152	2,40	1.000	0,70
Rio de Janeiro	765	1,40	252	1,90	556	10,00	65	1,40	3.297	7,40	514	8,40	519	8,40	5.968	4,40
São Paulo	2.626	4,80	3.423	25,70	710	12,80	779	16,40	6.289	14,10	1.013	16,60	713	11,50	15.553	11,50
Paraná	13.391	24,70	2.454	18,40	897	16,20	658	13,90	6.548	14,70	711	11,60	1.366	22,00	26.025	19,30
Santa Catarina	18.218	33,60	4.219	31,70	1.263	22,70	1.770	37,30	17.042	38,20	1.087	17,80	2.133	34,40	45.732	33,90
Mato Grosso do Sul	3.978	7,30	480	3,60	460	8,30	148	3,10	1.050	2,40	632	10,30	172	2,80	6.920	5,10
Mato Grosso	7.952	14,70	680	5,10	281	5,10	336	7,10	1.367	3,10	369	6,00	174	2,80	11.159	8,30
Goiás	2.061	3,80	338	2,50	181	3,30	105	2,20	611	1,40	250	4,10	139	2,20	3.685	2,70
Distrito Federal	561	1,00	49	0,40	195	3,50	103	2,20	1.190	2,70	230	3,80	111	1,80	2.439	1,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (1993, 2000, 2010).

Referências

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 20, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BRITO, F. R. A. de; CARVALHO, J. A. M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pela PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 441-455, 2006.

CUNHA, J. M.; BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 18, n. 43, p. 87-101, jan./abr. 2005.

ETCHEVERRY, D. **Identidade não é documento**: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Mapas FEE**. 2013. Disponível em: <<http://mapas.fee.tcche.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

HAGEN-ZANKER, J. **Why do people migrate?** A review of the theoretical literature. Maastricht: Maastricht Graduate School of Governance, 2008. (Working Paper).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JARDIM, A. de P. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, A. T. R. de; OLIVEIRA, L. A. P. de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 49-57.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. M. Migrações no Rio Grande do Sul. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 121, p. 133-147, jul./dez. 2011.

KOUCHER, A. B. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. M. Caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais**. Campinas: ABEP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/index.php#.UzmqJ-QR7cx>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

MAMMARELLA, R. *et al.* **O estado do Rio Grande do Sul e sua Região Metropolitana no Censo 2010**. Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 2013.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, A. T. R. de; OLIVEIRA, L. A. P. de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 28-48.

QUEIROZ, S. N. de; SANTOS, J. M. dos. Principais alterações nos saldos migratórios brasileiros: uma análise por estados e regiões. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 14., 2009, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: ANPEC, 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forummbnb2009/gerados/forum2009_artigos.asp>. Acesso em: 11 fev. 2014.

